



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 015 CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 02 DE ABRIL DE 2007 ANO XXXII

### Mesa Executiva

**NELSON JUSTUS**  
Presidente - PFL

**ANTONIO ANIBELLI**  
1º Vice-Presidente - PMDB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**FELIPE LUCAS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**ALEXANDRE CURI**  
1º Secretário - PMDB

**LUCIANA RAFAGNIN**  
2ª Secretária - PT

**LUIZ ACCORSI**  
3º Secretário - PSDB

**CIDA BORGHETTI**  
4ª Secretária - PP

**CHICO NOROESTE**  
5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

### Lideranças

*Líder do Governo ..... Luiz Cláudio Romanelli*  
*Líder da Oposição ..... Valdir Rossoni*  
*PMDB ..... Waldyr Pugliesi*  
*PSDB ..... Luiz Nishimori*  
*PFL ..... Plauto Miró*  
*PT ..... Elton Welter*  
*PP ..... Duílio Genari*  
*PDT ..... Luiz Carlos Martins*  
*PTB ..... Fábio Camargo*  
*Bloco PPS/PMN ..... Marcelo Rangel*  
*Bloco PSB/PL/PRB/PV ..... Reni Pereira*

### Representação Partidária

**PMDB** - 17: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Geraldo Cartário - Luiz Cláudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Rui Hara - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **PFL** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira

## SUMÁRIO

### **DIÁRIO Nº 015**

### **14ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva .....**  
**Presenças .....**  
**Abertura da Sessão .....**  
**Expediente:**  
     Convênios .....

    Proposta de Emenda à Constituição  
     Indicações .....

    Designação.....  
     Requerimentos .....

    Projetos de Lei Complementar .....

    Projetos de Lei .....

#### **Horário das Lideranças:**

Liderança do Governo

Dep. Luiz Cláudio Romanelli....

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati.....

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente .....

Discussão / Votação:

Redação Final.....

3ª Discussão.....

Discussão Única (Indicações)....

Requerimentos.....

#### **Explicações Pessoais.....**

Dep. Ney Leprevost.....

Dep. Jocelito Canto .....

#### **Encerramento da Sessão .....**

### **DIÁRIO Nº 015**

### **14ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 14ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 2007**

(quarta-feira)

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, secretariado pelo Sr. Deputado Alexandre Curi e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

#### **Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões,

Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Cláudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Péricles de Mello, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Rui Hara, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (44).

Ausentes os Srs. Deputados: Nelson Justus, Artagão Júnior, Durval Amaral, Elton Welter, Fábio Camargo, Pedro Ivo e Plauto Miró (07).

Em licença médica os Srs. Deputados: Luiz Accorsi, Geraldo Cartário e Mamede (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

#### **Abertura da Sessão:**

##### **O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

##### **A SRA. 2ª SECRETÁRIA**

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual

foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

## ***Expediente:***

### ***Convênios***

Do Sr. Carlos Nunes da Costa, Coordenador-Geral de Programas para o Desenvolvimento do Ensino, do Ministério da Educação, informando celebração do Convênio nº 864007/06, em 28 de junho de 2006, relativo ao Processo nº 23400.005868/06-92, com a Secretaria de Estado da Educação, no valor total de R\$ 158.331,00, visando atender os alunos matriculados no Programa/modalidade Educação Básica. **Ao conhecimento da Casa.**

Do Sr. Carlos Nunes da Costa, Coordenador-Geral de Programas para o Desenvolvimento do Ensino, do Ministério da Educação, informando celebração do Convênio nº 812019/06, em 29 de junho de 2006, relativo ao Processo nº 23400.005860/06-26, com a Secretaria de Estado da Educação, no valor total de R\$ 283.440,00, visando atender os alunos matriculados no Programa/modalidade Educação Básica. **Ao conhecimento da Casa.**

Do Sr. Carlos Nunes da Costa, Coordenador-Geral de Programas para o Desenvolvimento do Ensino, do Ministério da Educação, informando celebração do Convênio nº 850007/06, em 14 de novembro de 2006, relativo ao Processo nº 23400.011231/06-35, com a Secretaria de Estado da Educação, no valor total de R\$ 7.358.638,14, visando atender os alunos matriculados no Programa/modalidade Educação Básica. **Ao conhecimento da Casa.**

### ***Proposta de Emenda à Constituição***

#### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**

Art. 1º Fica revogado o artigo 233 e seu parágrafo único da Constituição Estadual.

*Art. 233. Os servidores públicos civis estáveis, da administração direta, autárquica e das fundações públicas estaduais, serão regidos pelo Estatuto dos Funcionários Civis do Estado, a partir da promulgação desta Constituição.*

*Parágrafo Único. Os Poderes Executivos, Legislativo e Judiciário, para o cumprimento do disposto neste artigo, farão a devida adequação em seus quadros funcionais.*

Art. 2º Esta emenda entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.03.07.

(a) CAÍTO QUINTANA

Apoiamento:

Cleiton Kielse, Nereu Moura, Luciana Rafagnin, Rosane Ferreira, Luiz Carlos Martins, Cida Borghetti, Nelson Justus, Francisco Bühner, Augustinho Zucchi, Osmar Bertoldi, Felipe Lucas, Jocelito Canto, Chico Noroeste, Dr. Batista, Antonio Anibelli, Edson Strapasson, Alexandre Curi, Mauro Moraes e Pastor Edson Praczyk.

JUSTIFICATIVA:

Propor a revogação do artigo 233 e seu parágrafo único da Constituição do Estado do Paraná, pois o disposto já está devidamente previsto no Capítulo II - Dos Servidores Públicos Civis e na Lei Estadual nº 6174, de 16 de novembro de 1970 - Estatuto dos Funcionários Civis do Estado do Paraná.

Ademais, constatou-se a ocorrência de erro material na elaboração da nova Carta Estadual ao suscitar que foi declarada sua inconstitucionalidade através da ADIN nº 114-1, pelo STF, cuja decisão teria sido publicada em 22 de novembro de 2002, quando, a bem da verdade, sequer houve decisão de mérito acerca de sua constitucionalidade ou não, mas apenas o deferimento da liminar, que suspendeu-lhe a eficácia por motivos de conveniência administrativa, em 26 de outubro de 1989, a qual foi publicada na data supracitada, após transcorridos 13 (treze) anos, interregno no qual as situações funcionais foram devidamente consolidadas pelo transcurso inexorável do tempo, ensejando o insofismável esgotamento de sua eficácia, ante à premência de total prevalência e respeito ao princípio da segurança jurídica e excepcional interesse social, por inabdicáveis.

### ***Indicações***

#### **INDICAÇÃO Nº 016/07**

Ao Exmo. Sr. Secretário Estadual de Educação:

O Deputado Antonio Belinati dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1) o fornecimento e a instalação de equipamento de informática e de laboratório para o Colégio Estadual Professora Roseli Piotto Roehring, da Cidade de Londrina;

2) a solicitação justifica-se pelas inúmeras dificuldades para o ensino e aprendizado dos alunos do Colégio Estadual Professora Roseli Piotto Roehring, que não recebeu, por parte do Governo do Estado, nenhum dos 12.037 computadores, de alta velocidade, que deveriam informatizar 738 escolas estaduais espalhadas pelo Estado;

3) A Secretaria prometeu entregar para o colégio, a partir de setembro de 2005, vinte computadores para o laboratório de informática e mais quatro para a área administrativa, além de quatro impressoras, prometidos através de correspondência oficial da pasta. Mas até a presente data, a instituição de ensino não recebeu absolutamente nada, trazendo enormes prejuízos ao estabelecimento de ensino fundamental, médio e profissionalizante.

Sala das Sessões, em 21.03.07.

(a) ANTONIO BELINATI

#### INDICAÇÃO Nº 017/07

Ao Exmo. Sr. Secretário Estadual de Transportes:

O Deputado Antonio Belinati dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1) a construção e a pavimentação do Contorno Norte na Cidade de Cambé, no Município de mesmo nome;

2) a solicitação justifica-se tendo em vista a necessidade do pedido, já que tal obra facilitaria o tráfego de veículos, principalmente de caminhões, que fazem o transporte da safra agrícola da região, tirando sua circulação das áreas centrais de Londrina e Cambé. Outrossim, essa obra possibilitará o desenvolvimento regional, possibilitando a implantação de novos parques industriais. Trata-se de uma antiga reivindicação da comunidade local a construção e pavimentação desta via, pois a mesma já está projetada há alguns anos e até hoje não se tornou uma realidade.

Sala das Sessões, em 21.03.07.

(a) ANTONIO BELINATI

#### INDICAÇÃO Nº 018/07

Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado que subscreve dirige-se a V. Exa. para expor e indicar o seguinte:

1 - De acordo com o artigo 25, parágrafo 3º, da Constituição Federal, e do artigo 21 da Constituição do Estado do Paraná, seja criada a Região Metropolitana de Cascavel, constituída pelos Municípios de Cascavel, Boa Vista da Aparecida, Braganey, Cafelândia, Campo Bonito, Catanduvas, Corbélia, Lindoeste, Santa Lúcia, Santa Tereza do Oeste, São Pedro do Iguaçu, Toledo, Três Barras do Paraná, Tupãssi, Capitão Leônidas Marques, Ibema, Guaraniacú, Diamante do Sul, Anahy, Iguatú, Nova Aurora e Céu Azul.

2 - Que a Região Metropolitana de Cascavel seja coordenada por um Conselho Deliberativo e um Conselho Consultivo.

3 - Que o Conselho Deliberativo seja formado de cinco membros de reconhecida capacidade técnica ou administrativa, nomeados pelo Governador do Estado, sendo um deles dentre os nomes que figurem em lista tríplice apresentada pelo Prefeito de Cascavel e outro mediante indicação dos demais municípios integrantes da Região Metropolitana.

4 - Que o Conselho Consultivo seja composto de um representante de cada município integrante da Região Metropolitana e de três representantes da sociedade civil sob a direção do Presidente do Conselho Deliberativo.

5 - Que o Governo do Estado viabilize a indicação da melhor forma, de modo que a Região Metropolitana de Cascavel alcance os objetivos de integração previstos nas Constituições Federal e Estadual.

Sala das Sessões, em 21.03.07.

(a) EDGAR BUENO

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal de 1988 faculta aos Estados instituírem *regiões metropolitanas, aglomerações*

*urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.*

Esta previsão também consta na Constituição Estadual, que preceitua ainda a necessidade de assegurar *a participação dos municípios envolvidos e da sociedade civil organizada na gestão regional*. Denota-se aí a importância de uma administração que envolva poder público e segmentos sociais.

A despeito de crises e dificuldades diversas, a região Oeste do Paraná vem se desenvolvendo e seus municípios reclamam meios que lhes assegurem crescimento ordenado, com planejamento integrado de suas prioridades para a superação dos problemas que enfrentam, buscando a valorização de suas culturas e tradições, assim como o respeito às suas individualidades.

Diversas outras regiões do Paraná buscam este nível de organização, seguindo o exemplo da Região Metropolitana de Curitiba que foi constituída ainda em 1973, entre as primeiras Regiões Metropolitanas do Brasil, sob a designação de Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba-COMEC.

Os avanços obtidos com a integração dos municípios e a unidade que se alcança na coordenação de objetivos comuns são de domínio público, razão pela qual se espera que esta indicação seja acolhida.

### Designação

#### DESIGNAÇÃO

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Paraná, atendendo o disposto no Ato da Comissão Executiva nº 170/06, designa os Srs. Deputados Ribas Carli Filho, Artagão Júnior, Reni Pereira e Edson Strapasson, para representar esta Casa de Leis nos dias 25, 26 e 27 de março de 2007, nas Cidades de Montevidéu, República Oriental do Uruguai.

Sala das Sessões, em 21.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS

ALEXANDRE CURI

LUCIANA RAFAGNIN

### Requerimentos

#### REQUERIMENTO Nº 472

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o doutor Plenário, o arquivamento da Indicação nº 09/07, de minha autoria, que indica a criação da Região Metropolitana de Irati.

Sala das Sessões, em 21.03.07.

(a) FELIPE LUCAS

## REQUERIMENTO Nº 485

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o desentranhamento da documentação que compuseram os Projetos de Lei nº 583/06 - Associação Fórum das Entidades Filantrópicas de Londrina; 584/06 - Clube das Mães Unidas; 585/06 - Associação Kaiko; 601/06 - Associação Filantrópica Verde; e 602/06 - Centro Educacional Infantil Criança Futuro.

Sala das Sessões, em 21.03.07.

(a) PROFESSOR LUIZÃO

## REQUERIMENTO Nº 476

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Everson Michels Meurer, ocorrido no dia 28 de fevereiro de 2007, no Município de Matelândia/PR.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada, através de sua esposa, a Sra. Karen Meurer, enviando correspondência à Travessa Karol Wojtyla, 1833, Bairro Centro - Medianeira/PR.

Sala das Sessões, em 21.03.07.

(a) NEREU MOURA

## JUSTIFICATIVA:

Assim como existe o dia da chegada, há também o dia da partida. Queiramos ou não, esta data é inevitável. Sabemos que dói e que o tempo é o melhor remédio para cicatrizar as feridas. Sabemos que a fé no Pai Criador é a grande terapia que nos auxilia nesta hora de tamanha tristeza. De toda uma vida, de toda uma jornada, o que deve ficar são as boas lembranças, as boas recordações de uma vida que foi vivida com amor e dedicação à família e aos amigos.

A nossa fé cristã nos permite acreditar que houve apenas uma partida, mas que o momento do reencontro, dentro do plano divino, um dia vai acontecer. Enquanto isso, aos que ficaram, é importante saber que existe toda uma caminhada pela frente. Caminhada esta, que deve e merece ser vivida com muito ardor, com muita firmeza e com muita dedicação.

Que o Pai Criador, dentro do seu infinito amor, ao mesmo tempo que acolhe Everson em sua morada divina, console e ilumine o coração de todos os que sofrem com a partida de um grande amigo.

Aceite os nossos sinceros sentimentos.

## REQUERIMENTO Nº 483

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de profundo pesar pelo faleci-

mento, ocorrido em 13 de março de corrente ano, do Sr. Raul Claudino dos Santos.

Raul Claudino dos Santos, 86 anos, nasceu em 07 de maio de 1920, na localidade de Fazenda Iguaçu, no Município de Fazenda Rio Grande, na época Município de São José dos Pinhais.

Católico praticante, Raul Claudino dos Santos deixa sua passagem marcada entre os que o conheceram, por sua conduta simples, solidária e principalmente amiga. Tinha como principal objetivo servir o próximo, onde prestou grande colaboração ao município com seu conhecimento, convívio e participação. Deixa viúva a Sra. Maria de Jesus Ferreira dos Santos.

Pessoa muito querida por todos que o conheciam, deixando muitas saudades aos amigos e familiares. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada no endereço: Rua Nelson Claudino dos Santos, 22 - Pioneiros - Fazenda Rio Grande - CEP 83820-000.

Sala das Sessões, em 21.03.07.

(a) FRANCISCO BÜHRER

## REQUERIMENTO Nº 481

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações à população do Município de Telêmaco Borba, através de seu Prefeito, Sr. Eros Danilo Araújo, pela passagem, na data de hoje, do aniversário de emancipação política do município.

Requer ainda, que se dê ciência ao mesmo através de correspondência a ser encaminhada para a Prefeitura Municipal, Praça Dr. Horácio Klabin, 37, CEP 84261-170, Telêmaco Borba/PR.

Sala das Sessões, em 21.03.07.

(a) JOCELITO CANTO

## REQUERIMENTO Nº 482

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações à população do Município de Tibagi, através de seu Prefeito, Sr. Sinval Ferreira da Silva, pela passagem, no dia 18 de março último, do aniversário de emancipação política do município.

Requer ainda, que se dê ciência ao mesmo através de correspondência a ser encaminhada para a Prefeitura Municipal, Praça Edmundo Mercer, 34, CEP 84300-000, Tibagi/PR.

Sala das Sessões, em 21.03.07.

(a) JOCELITO CANTO

**REQUERIMENTO Nº 473**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Telêmaco Borba, pelo transcurso, no próximo dia 21 de março, de seu 43º aniversário de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Eros Danilo Araújo, Prefeito Municipal; ao Sr. Vice-Prefeito, bem como a todos Exmos. Srs. Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem toda a laboriosa população de Telêmaco Borba.

Sala das Sessões, em 21.03.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

**JUSTIFICATIVA:**

Na significativa data da comemoração do 43º aniversário de emancipação política de Telêmaco Borba, queremos, através desta proposição, transmitir às autoridades e ao povo em geral, nossos votos de sucesso e constante progresso.

As conquistas alcançadas pelo município em parceria com o Governo Estadual dão provas de que os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário trabalham unidos pelo completo desenvolvimento do município.

A política é definida ora como ciência, ora como arte de governar. Não importa, entretanto, o sentido da palavra, mas sim a sua finalidade de promover o bem comum. O fundamental é que, em qualquer campo, se busque o aprimoramento das relações humanas e a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e feliz.

O desenvolvimento de uma coletividade depende de vários fatores. Entre eles estão o grau de participação de seus membros na discussão dos assuntos que lhe dizem respeito e a qualidade de seus representantes. Numa sociedade democrática, há de existir, necessariamente, participação e representatividade. A política, pois, é essencial ao crescimento de qualquer coletividade, mesmo porque o legítimo exercício das funções governamentais repousa justamente no consentimento popular.

O Município de Telêmaco Borba, muito bem representado pelo Prefeito Eros Danilo Araújo e sua eficiente equipe de trabalho, demonstra claramente que a população elegeu a pessoa certa para reger seu destino.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, congratula-se com toda a população na magna data da comemoração dos 43 anos de emancipação política de Telêmaco Borba.

**REQUERIMENTO Nº 474**

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Sr. Eduardo Fenianos.

Sala das Sessões, em 21.03.07.

(a) NEY LEPREVOST

**JUSTIFICATIVA:**

Justa homenagem ao Sr. Eduardo Fenianos, pesquisador e escritor, por ocasião do lançamento da Coleção Bairros de Curitiba.

Resultado de um trabalho de onze anos de pesquisa, são 34 volumes abordando o nome, a geografia, a história e a atualidade de todos os bairros de Curitiba.

**REQUERIMENTO Nº 487**

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que seja encaminhado, através da Assembléia Legislativa do Paraná, solicitação ao Diretor-Presidente da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, Sr. Stenio Sales Jacob, para atender aos pedidos de ligação e religação de água para famílias que vivem em terrenos irregulares em regiões que já são servidas pela rede da SANEPAR.

Sala das Sessões, em 21.03.07.

(a) PÉRICLES DE MELLO

**JUSTIFICATIVA:**

A SANEPAR vem negando as autorizações de ligação e religação de água, devido a não autorização das prefeituras para famílias que moram em terrenos sem documentação, fazendo com que milhares de pessoas fiquem desassistidas. O Governo Estadual vem demonstrando sensibilidade ao atender a população mais pobre, através de diversos programas de interesses sociais, como a Tarifa Social da Água, por exemplo. Essa questão é sem dúvida um apelo da população. Só em Ponta Grossa, 13% das famílias vivem em condições de favelas.

**REQUERIMENTO Nº 480**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do MERCOSUL, Virgílio Moreira Filho, solicitando documentos e informações relativos a venda de áreas de florestas por intermédio da Paraná Ambiental, tendo em vista comentários proferidos pelo Sr. Governador do Estado logo após sua posse no ano de 2003 e divulgados pela imprensa, dando conta de indícios de irregularidades. Disse o Governador que mandou fazer uma auditoria nos contratos e que tal auditoria resultou na assinatura de aditivos de pagamentos que beneficiaram o erário.

Cabe aqui informar que em data de 03 de março de 2005 foi aprovado por esta Casa de Leis e encaminhado ao Poder Executivo, Requerimento nº 012/05, protocolado sob o número 8444190-2, solicitando cópias das referidas auditorias, que talvez por lapso do Presidente da Paraná Ambiental não foi respondido. Diante do exposto, solicitamos cópias dos seguintes documentos e informações:

1) cópias das auditorias das empresas Águia Florestal S/A, Conguasul, Contemplac e Sudati & Guararapes;

2) aditivos realizados nos contratos das empresas citadas acima;

3) qual a atual situação desses aditivos, se foram ou não pagos.

Sala das Sessões, em 21.03.07.

(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO N° 486

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, REQUER à Mesa, na forma do inciso IV do artigo 18 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná e da Constituição Estadual, o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, Sr. Nelson Garcia, informações sobre o suposto esquema de desvio de recursos por ONGs “fantasmas”, diárias frias, terceirizações de funcionários, entre outros, relatados na edição de 20 de março de 2007, do jornal HoraH News.

1) O Sr. Secretário confirma as declarações citadas como suas pelo jornal HoraH News de 20 de março de 2007?

2) Em caso afirmativo, quais eram os responsáveis pelas irregularidades encontradas?

3) Quais providências foram tomadas pela administração atual?

4) No texto há uma referência a “altas cabeças coroadas das esquerdas das Araucárias”. Quem são essas cabeças coroadas?

Sala das Sessões, em 21.03.07.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

Na edição de 20 de março de 2007 o jornal eletrônico HoraH News trouxe como declarações do Secretário de Estado do Trabalho, Nelson Garcia, sobre o suposto esquema de desvio de recursos.

O pedido fundamenta-se no inciso XXXIII do artigo 5° da Constituição Federal, na Constituição Estadual do Paraná e no Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná. Fundamenta-se principalmente no artigo 55 e artigo 90 inciso V, ambos da Constituição Estadual do Paraná.

Solicitar informações é uma prerrogativa do Deputado Estadual e importante instrumento de acompanhamento e fiscalização dos atos do Poder Executivo e Legislativo Estadual.

### **Projeto de Lei Complementar**

#### PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 148/07

Art. 1° O artigo 1° da Lei Complementar n° 83, de 17 de julho de 1998, que institui a Região Metropolitana de Maringá, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1° Fica instituída, na forma do artigo 25, parágrafo 3°, da Constituição Federal e artigo 21 da Constituição Estadual, a Região Metropolitana de Maringá, constituída pelos Municípios de Maringá, Sarandi, Marialva, Mandaguari, Paçandu, Ângulo, Iguaçu, Mandaguaçu, Floresta, Dr. Camargo, Itambé, Astorga, Ivatuba e Flórida.”

Art. 2° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.03.07.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

O Município de Flórida dista de Maringá, somente 47 quilômetros, e foi desmembrado do Município de Iguaçu, município que faz parte da Região Metropolitana de Maringá.

Parcela da população de Flórida trabalha em Maringá, o comércio e a agricultura local tem fortes vínculos com o Município de Maringá e com os demais municípios da região metropolitana.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei, que tenciona incluir Flórida na Região Metropolitana de Maringá.

### **Projeto de Lei**

#### PROJETO DE LEI N° 147/07

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1° Toda edificação ou praça pública com área igual ou superior a 3.000 m<sup>2</sup> (três mil metros quadrados), que vier a ser construída no Estado do Paraná, no perímetro urbano dos municípios, deverá ser contemplada com obra de arte.

Art. 2° As edificações que cumprirem o disposto no artigo anterior podem beneficiar-se com um acréscimo de 5% (cinco por cento) nos seus índices de aproveitamento, com acréscimos decorrentes nas taxas de ocupação, respeitando os demais limites de ocupação, desde que as obras de arte mencionadas sejam:

I - situadas nas paredes externas ou no afastamento frontal da edificação, de modo a serem observadas pelos transeuntes;

II - originais, não se constituindo em reprodução ou réplica;

III - compatíveis com a estética do projeto arquitetônico e obedecem as normas de comunicação visual em vigor;

IV - parte integrante da obra arquitetônica, de modo que não possam ser removidas, deslocadas ou substituídas;

V - executadas com materiais de alta durabilidade, acompanhando a vida útil da edificação;

VI - adotados critérios de segurança para garantir sua estabilidade;

VII - compatíveis com a livre circulação de pedestres e não diminuam as áreas de estacionamento.

§ 1º As obras de arte de que trata este artigo são as pinturas, painéis, relevos e esculturas.

§ 2º As dimensões mínimas de pinturas, painéis e relevos serão de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) de altura por 4,00m (quatro metros) de largura; e a volumetria mínima para esculturas será de 2,00m<sup>2</sup>, (dois metros quadrados) de base por 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) de altura.

Art. 3º A aprovação dos projetos das obras será feito por uma comissão a ser definida em regulamento, no prazo máximo de 90 (noventa) dias após a data de publicação desta lei.

Art. 4º A autorização de “habite-se” da edificação somente será concedido após a conclusão da obra de arte.

Art. 5º A assinatura ou marca do autor deverá ocupar no máximo 1% (um por cento) da área total.

Art. 6º As edificações privadas também poderão se beneficiar desta lei, desde que seja desejo dos responsáveis pela obra e ocorra aprovação prévia pela Comissão responsável.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, devendo ser regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de 90 dias.

Sala das Sessões, em 21.03.07.

(a) NEY LEPREVOST

#### JUSTIFICATIVA:

Enviamos para análise e deliberação do douto e soberano Plenário, projeto de lei ordinária que *Dispõe acerca das obras de arte nas edificações e dá providências correlatas*.

Objetivamos com a presente proposição contribuir para que a arquitetura e a estética das edificações em nosso Estado sejam valorizadas. Toda obra de arte no espaço público constitui um importante acervo cultural, e como tal deve ser preservada. Acreditamos que com a aprovação deste diploma legal, podemos contribuir para o surgimento de importantes nomes da arte plástica, como fora o saudoso Poty Lazarotto.

Ante ao exposto, e em face da complexidade do tema e da importância cultural, solicitamos o apoio dos nobres Pares deste Parlamento para que este seja aprovado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Finda a leitura do Expediente, o Sr. Presidente registra nesta tarde, nas galerias, a presença dos alunos de

1º e 2º anos do Ensino Médio do Colégio Estadual Guaíra. Agradece a presença da professora Iraci Cristina de Oliveira.

Obrigado pela presença. Vocês estão na Casa de Leis do Paraná, que é a Casa de todos os paranaenses.

Obrigado.

### ***Horário das Lideranças:***

Não há oradores no Pequeno e Grande Expedientes.

Passamos ao Horário das Lideranças: PMDB; PSDB; PFL; PT; PP; Bloco PSB/PL/PRB/PV; Bloco PPS/ PMN; Liderança do Governo.

Com a palavra o Deputado Luiz Cláudio Romanelli.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Para registrar a presença do comunicador e professor, ex-Vereador de Campo Mourão, o professor Ide.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Devidamente registrado, obrigado pela presença.

### ***Liderança do Governo: Deputado Luiz Cláudio Romanelli (PMDB)***

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

(Lê:)

“Cumpre-me registrar a ótima notícia que o Paraná recebeu e que está estampada nos jornais de hoje. A Secretaria do Tesouro Nacional suspendeu a cobrança da multa mensal de R\$ 10 milhões, aplicada injustamente ao Estado do Paraná.

A multa que reteve, sem a menor cerimônia, cerca de R\$ 195 milhões do Paraná, é relativa aos espúrios e famigerados títulos podres assumidos em 2000 pelo Governo Jaime Lerner, quando entregou o BANESTADO ao Banco Itaú.

Essa auspiciosa notícia, da suspensão da multa, foi dada ao Governador Roberto Requião pelo Ministro da Fazenda, Guido Mantega.

Além de suspender a cobrança mensal dos R\$ 10 milhões, o Ministro Mantega adiantou ao Governador Requião que a União vai devolver ao Paraná cerca de R\$ 100 milhões retidos pela Secretaria do Tesouro Nacional referentes às multas.

Parte desse dinheiro, o Governador Requião já adiantou que vai compor o fundo de construção do Centro Judiciário de Curitiba. O dinheiro também será muito bem aplicado em obras de infra-estrutura, construção de hospitais, pavimentação de rodovias, na ampliação dos programas sociais e de atendimento aos pequenos agricultores.

Obras e programas que o Governo Requião vem fazendo e muito bem, que transforma o Paraná nesse



Estado de referência nacional, modelo de administração pública, de enfrentamento ao neoliberalismo e ao desmonte do Estado.

Tenho que destacar aqui, aos senhores e senhoras, que essas chamadas “brigas de Requião” foram e são muito positivas ao Paraná. Vejam os casos da retomada das empresas públicas como a SANEPAR, COPEL, FERROESTE, do Porto de Paranaguá.

As duas primeiras, SANEPAR e COPEL, saneadas, superavitárias, à bem do serviço público. O Porto de Paranaguá, o maior porto público do país, também saneado, superavitário e de extrema importância para a nossa economia.

A FERROESTE sendo retomada agora e redimensionando o seu papel, sua função, no transporte da produção paranaense.

São brigas boas e brigas vencidas. É o bom combate que preservou o patrimônio público paranaense, que resguardou os nossos interesses, os interesses do povo do Paraná e que dão razão a postura firme, correta e radical do Governador Requião.

Requião não tergiversa quando o interesse público está em pauta. Não compactua, não faz acordo e por isso que o povo do Paraná o escolheu por três vezes para conduzir o Estado.

Meus senhores, minhas senhoras.

Eu bem que poderia continuar destacando outras frentes de batalhas de Requião - caso dos pedágios, transgênicos - mas vou me ater, detalhar o que motivou a Secretaria do Tesouro Nacional a multar mensalmente o Paraná.

A penalidade aplicada ao Paraná pela Secretaria do Tesouro Nacional é fruto da sanha privatista que tomou conta do país a partir da década de 90.

Em junho de 1998, o Governo Lerner, orientado pelo Banco Central, comprou do BANESTADO títulos públicos emitidos pelos Estados de Alagoas, Santa Catarina e Pernambuco e pelos Municípios paulista de Guarulhos e Osasco.

A compra foi acertada em 2000 por R\$ 456 milhões, à revelia das decisões de judiciários estaduais e do próprio Senado Federal que consideraram esses títulos sem validade, ou seja, podres.

Em 2003, o Governo do Paraná buscou a Justiça e o Tribunal de Justiça do Paraná decidiu que o Estado não pode pagar por papéis sem valor de mercado.

Mas o Banco Itaú que ganhou o BANESTADO de mão-beijada do Governo Lerner, também foi aos tribunais para que o Paraná pagasse pelos papéis. A ação levou a Secretaria do Tesouro Nacional a procurar o Estado em 2004, exigindo o pagamento.

Na ocasião, a Procuradoria Geral do Paraná reiterou a Secretaria do Tesouro Nacional que a existência de ações sobre o assunto tramitando na Justiça, impedia o Estado a pagar o que estava sendo questionado na própria Justiça.

Mas, a Secretaria do Tesouro Nacional decidiu aplicar sanções unilateralmente. E o mais grave: a punição imposta alterou ainda os índices de correção, que passou de 9,8% para 16,07% ao ano, gerando uma multa mensal de R\$ 10 milhões, cobrada desde novembro de 2004.

Desde que tomou pé de toda essa situação, o Governador Requião cobrou do Governo Federal a suspensão dessa multa. Foram vários encontros. Com o Presidente Lula, com os Ministros da Fazenda, da Casa Civil.

A decisão favorável ao Paraná esbarrava nos entraves burocráticos da área econômica, até que o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, teve essa postura firme e comunicou a suspensão ao Governador Requião.

Por essa decisão, por enfrentar interesses de poderosos, por enfrentar a injunção de parte da equipe econômica nessa questão paranaense, e de ser o Governo Lula um dos principais formuladores de políticas desenvolvimentistas, defensor de um modelo econômico que privilegiava o setor produtivo, contrário à sanha rentista e especulativa, é que vamos propor nesta Casa, o título de Cidadão Honorário ao Ministro Guido Mantega.

É dessa forma que o Paraná agradece ao Ministro Mantega, que se comporta como um homem público exemplar, corrigindo essa injustiça, reconstituindo aos paranaenses esse dinheiro que nunca deveria ser retido e que será muito bem usado pelo Governo Requião.

Meu muito obrigado.”

Era isto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, e penso eu, corrige-se uma injustiça profunda.

#### **O Sr. Reni Pereira (PSB) (Aparte)**

Eu acho que esta reposição vem em boa hora, porque muito se alardeou sobre estes títulos. Consulto a V. Exa. e aproveito para solicitar, assim que a Secretaria da Fazenda lhe franquear estes documentos, se estes títulos foram considerados fraudulentos, falsos, ou quais os pressupostos para o cancelamento da dívida, por parte do Ministério da Fazenda e esta devolução destes cem milhões. Gostaria de ter acesso a estes títulos e também a toda esta novela, porque me interessa muito, até porque diz respeito ao meu Partido e a toda uma história que nós tivemos aqui no Paraná.

Muito obrigado.

#### **O Sr. Jocelito Canto (PTB) (Aparte)**

Deputado, acompanhando seu pronunciamento, vejo há muito tempo se falar destes títulos podres. Eu gostaria de perguntar a V. Exa., que é estudioso, que está por dentro de tudo, isto tem a ver com o roubo do BANESTADO, que até hoje nós estamos pagando sessenta milhões por mês - não é por ano, é por mês - todo mês o Paraná paga sessenta milhões, dia 30. Queria perguntar a V. Exa. se tem algo a ver com este roubo do BANESTADO, que até hoje não foi esclarecido?

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB)

Bom, Deputado Jocelito, V. Exa. faz uma pergunta que por ser um conhecedor, sabe que tem tudo a ver. Tem tudo a ver com o rombo da BANESTADO Leasing, tem tudo a ver com os empréstimos mal feitos, tem tudo a ver com a malversação do dinheiro público, que nesta Casa, muitos Parlamentares que aqui estão, desta tribuna, eu mesmo, denunciemos ainda naquele primeiro período do Governo, do então Governador Jaime Lerner.

Esta questão, de fato, dos títulos podres, podres e mal cheirosos, que V. Exa. sabe, foram aqueles títulos que foram emitidos, identificados na CPI dos Precatórios, títulos podres que foram emitidos para pagar, supostamente, a lista dos precatórios dos Estados de Pernambuco, Alagoas, da Cidade de São Paulo, Santa Catarina, e que na verdade foi um dinheiro utilizado para outros fins. Estes títulos, claro, foram cancelados pelos Governos, pelos Tribunais de Justiça dos próprios Estados. E o “mico” ficou para o paranaense pagar. Esta é uma conta que o paranaense está pagando até hoje e muita gente - o senhor sabe, Deputado Jocelito Canto - ganhou dinheiro com estes títulos podres, com esta compra feita.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Por uma falha da Mesa, não havíamos anotado a inscrição do Deputado Belinati no horário do PP. Portanto, solicito a V. Exa. que faça uso da palavra.

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (Pela Ordem)

Sr. Presidente, quero registrar a ausência do Deputado Elton Welter, Líder da nossa Bancada, nas Sessões de hoje e amanhã, por estar acompanhando um grupo de Prefeitos em Brasília.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Devidamente registrado.

## ***Liderança do PP: Deputado Antonio Belinati***

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O assunto que nos traz à tribuna é a preocupação com a dengue. O noticiário da imprensa nacional tem dado uma grande ênfase, inclusive e em especial no Paraná, pela proliferação da doença da dengue no Brasil e em especial também no Paraná.

Analisando, nós que militamos na vida pública há 36 anos, o que dá para perceber, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é que deveríamos vir para a tribuna provavelmente para questionar, por que determinada autoridade tem falhado na instalação dos famosos carros fumacê, que espalham o veneno para matar o mosquito *Aedes aegypti*, causador da dengue.

Por que não há uma política de saneamento preventiva, forte, com bons resultados?

É quase inacreditável, em pleno século XXI, vermos, até mesmo na nossa Cidade de Londrina, morrerem pessoas vítimas da dengue. Quem será a próxima vítima? Todo mundo imagina que pode morrer de dengue, mas não vai morrer. É só o vizinho que vai morrer de dengue.

A Deputada Cida Borghetti pedia até para lembrar que há sim, uma parcela da população que também, comete seu relaxo, que não faz a sua parte ou que contribui para o aparecimento desse maldito mosquito *Aedes aegypti*.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Se fôssemos escolher uma autoridade para dar um puxão de orelha como responsável pelo aumento, pela propagação da dengue, acho que o puxão de orelha deveria ser para todas as autoridades. Vemos, aqui no Paraná, autoridades não se preocupando em limpar o matagal, em desentupir o bueiro, em retirar o lixo que fica jogado e apodrecendo, enfim, medidas contra o aparecimento do mosquito *Aedes aegypti*. Então, as autoridades, de um modo geral, merecem uma crítica contundente porque não estão cumprindo com sua parte. E não é só limpar o bueiro, recolher o lixo, limpar o matagal, mas fazer a parte preventiva.

Por que o fumacê só passa depois que apareceu a dengue? Depois que pessoas estão indo ao hospital? Depois de mobilizar médicos, enfermeiros e medicamentos para socorrer as pessoas atingidas e vitimadas pela dengue? Por que não se faz isso antes de a desgraça acontecer?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O nosso apelo é para que as autoridades combatam com firmeza a dengue para evitar mais mortes, mais pessoas nos hospitais, mais pessoas tendo que tomar remédios e, acima de tudo, para que eliminemos essa doença. Não sou médico, não sou sanitarista, mas a dengue é uma doença que apareceu recentemente. Se já existia, confesso que mesmo tendo sido repórter de rádio, de jornal e de televisão, nunca tinha noticiado que existia a tal da dengue. É provável até que existisse, mas de repente, a dengue vem com violência e atinge milhares de pessoas no Paraná e, em especial, na região do Mato Grosso, onde o fato é mais grave, e um acaba passando a dengue para o outro. Tem pessoa que embarca num ônibus, está com dengue e, de repente, no próprio ônibus, já contamina os demais passageiros.

Houve uma negligência, uma incompetência ou uma má vontade das autoridades em geral. Que não venha autoridade dizer que fizeram bonito para combater a dengue, porque algumas procuraram aparecer depois do noticiário. Algumas até acompanhando o agente sanitarista para ir lá jogar o veneno, examinar a casa, o pneu, a floreira, mas muito mais interessado, quem sabe, em aparecer no jornal, na TV, no rádio, do que propriamente garantir a saúde da nossa população.

É triste vermos um Estado tão forte e moderno como o nosso nesta situação. Quem está do outro lado do mundo tem impressão que isso só ocorre nos países mais pobres da África e, de repente, a dengue está fazendo vítimas, está matando aqui mesmo no nosso Paraná, pertinho de nós, e quem sabe, queira Deus que não, já algum parente, nós mesmos, algum amigo ou alguém que está próximo de nós.

Por isso, Sr. Presidente, o nosso apelo é para que não brinquem com a saúde do povo. As autoridades falharam e falharam feio. Se fossemos dar uma nota pela conduta, pela postura, pela ações das autoridades de um modo geral no combate à dengue, para garantir a vida e a saúde do povo, não tenho receio nenhum de dar nota zero. E a nossa esperança é que um dia, eu ou outros Deputados que nos sucederem, possamos nas legislaturas seguintes, ocupar quem sabe, esta mesma tribuna para enaltecer que as autoridades estão respeitando melhor, estão trabalhando com mais afinco, com mais inteligência, com mais firmeza em todos os segmentos que possam prolongar ou garantir vida saudável da nossa população do Paraná e do nosso Brasil.

Falha do Ministério da Saúde, falha das autoridades do nosso Estado, dos municípios, que pecaram e que falharam feio. Não tiveram previsão, não souberam analisar, não conseguiram enxergar a dimensão da gravidade de uma doença tão perigosa como a dengue, que em alguns casos é até pior do que a própria AIDS.

É este, Sr. Presidente, o apelo pela vida, pela saúde e que as autoridades trabalhem mais, apareçam menos na mídia, se promovam menos e trabalhem com mais amor e mais afinco para preservar a saúde do nosso povo.

Volto a fechar o pronunciamento com aquela célebre frase, num prédio antigo da Secretaria de Saúde do Paraná: *A saúde do povo é a suprema lei.*

Mas, no tocante à dengue, lamentavelmente, a saúde do povo está sendo jogada no lixo.

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Apenas para dizer que se encontra entre nós o Prefeito de Sabáudia, o Almir; o Prefeito de Primeiro de Maio, o Mário e o nosso amigo e Vereador de Primeiro de Maio, Moacir Barzan, junto com Vereadores de Ibiaporã, João e a Vereadora Lurdinha, que abrilhantaram a Sessão de hoje com suas presenças.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Devidamente registrado.

Agradecemos a presença de ilustres autoridades aqui nesta Casa.

Liderança da Oposição.

**(Declina)**

## **Ordem Do Dia:**

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

## **Leitura do Expediente:**

Sobre a mesa, Proposta de Emenda à Constituição de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, devidamente apoiada, constante do expediente. **Recebido, protocole-se, publique-se no Diário da Assembléia e em Avulso para conhecimento dos Srs. Deputados. À Diretoria Legislativa, para providências.**

Indicação nº 016/07, de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente, propondo o fornecimento e a instalação de equipamento de informática e de laboratório para o Colégio Estadual Professora Roseli Piotto Roehring, da Cidade de Londrina. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 017/07, de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente, propondo a construção e a pavimentação do Contorno Leste na Cidade de Cambé. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 018/07, de autoria do Sr. Deputado Edgar Bueno, constante do expediente, propondo a criação da Região Metropolitana de Cascavel. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pela Mesa Executiva, constante do expediente, designando os Srs. Deputados Ribas Carli Filho, Artagão Júnior, Reni Pereira e Edson Strapasson para representar esta Casa de Leis nos dias 25 a 27 de março de 2007, na Cidade de Montevidéu, República Oriental do Uruguai. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei complementar de autoria do Sr. Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

## **Discussão/Votação**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

## Redação Final

### ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 014/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que declara de Utilidade Pública a Associação Unidos Libertaremos Vidas, com sede e foro no Município de Paçandu. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
POJETO DE LEI N° 014/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1° Fica declarada de Utilidade Pública a UNLIVI - Unidos Libertaremos Vidas, com sede no Município de Paçandu e foro no Município de Maringá.

Art. 2° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 21.03.07.

(aa) REINHOLD STEPHANES - Presidente  
TERUO KATO - Relator

### ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 071/07, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que declara de Utilidade Pública a Associação Estação de Apoio e Oficinas, com sede e foro no Município de Londrina. **Aprovado. (Publ. no DA n° 005/07, de 05/03/07, em Projetos de Lei.)**

### ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 079/07, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que institui o Ano do Centenário da Imigração Japonesa no Paraná, a ser comemorado no ano de 2008. **Aprovado. (Publ. no DA n° 007/07, de 06/03/07, em Projetos de Lei.)**

## 3ª Discussão

### ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 023/07, de autoria do Deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a ACINSAR - Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Nova Santa Rosa, com sede no Município de Nova Santa Rosa e foro na Comarca de Marechal Cândido Rondon. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

## Discussão Única (Indicações)

### ITEM 05

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação n° 009/07, de autoria do Deputado Felipe Lucas, que indica a criação da

Região Metropolitana de Irati. **Aprovada. (Publ. no DA n° 012/07, de 15/03/07, em Indicações)**

### ITEM 06

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação n° 010/07, de autoria do Deputado Chico Noroeste, que propõe o reforço na segurança pública no Município de Santa Terezinha de Itaipu. **Aprovada. (Publ. no DA n° 012/07, de 15/03/07, em Indicações)**

## Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sobre a mesa, Requerimento n° 473, de autoria do Sr. Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Deputado Zucchi, meu Presidente. Acabamos de fazer um requerimento, solicitando a intervenção no Município de Ubatã, não só pela Defesa Civil, pela própria Secretaria de Segurança, pela Secretaria de Saúde do Estado do Paraná, porque tivemos identificado não só a larva do *Aedes aegypti*, a questão da gripe, que está assolando o Paraguai, mas aqui no Paraná já tivemos, em Ubatã, seiscentos casos neste ano. Estamos com uma crise nos últimos sessenta dias, onde a Prefeitura Municipal não tem tomado as medidas necessárias. Queremos, neste requerimento, pedir a ajuda da Assembléia, para que todas as medidas legais sejam tomadas. Como temos que ter uma autorização formal para que o Estado intervenha neste sentido, estou trazendo este requerimento à pauta, para que não tenhamos, no momento, mais uma crise como estamos tendo no Paraguai.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Aguardamos encaminhamento de vosso requerimento, para que seja submetido à apreciação dos Srs. Deputados.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Sr. Presidente?

(**Assentimento**)

O requerimento ,não está para discutir?

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não. Apenas o Deputado Kielse comunicou que está sendo confeccionado.

Requerimento n° 474, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 476, de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 480, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Não recebido pela Mesa.**

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para encaminhar uma questão de ordem à Mesa, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Esse requerimento já foi apresentado, discutido e rejeitado há exatamente uma semana. É matéria vencida. O requerimento é uma cópia literal daquele apresentado na semana passada. Por isso penso que a Mesa não pode nem colocá-lo em votação, porque trata-se de matéria vencida.

Formulo esta questão de ordem a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Antes de responder à questão de ordem de V. Exa., solicito à assessoria da Mesa que providencie o requerimento anteriormente rejeitado, para fazer a verificação, conforme pede V. Exa.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Posso encaminhar, V. Exa.?

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Ainda não, porque tenho que deferir a questão de ordem do Deputado Romanelli.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Algum impedimento, Sr. Presidente? O requerimento tem algo diferente do outro.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Vamos analisar. Se for o mesmo que o outro, infelizmente, a Mesa não pode receber.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Por quê? Onde que está escrito?

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Não pode, porque foi matéria vencida.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB)

É o artigo 126.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Mas por que o Governo quer esconder uma roubalheira? Quero perguntar a V. Exa. Vamos esconder a roubalheira no Paraná?

O Governador está dizendo aqui ou será que o Governador concorda com roubalheira? Acho que não!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Jocelito, não vamos discutir o requerimento enquanto não vier a cópia daquele que foi votado. Depois voltamos a conversar sobre o seu requerimento.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Até porque tem aqui um pronunciamento do Líder do Governo, em 2003, que falava dessa roubalheira.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Requerimentos nºs 481 e 482, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 483, de autoria do Sr. Deputado Francisco Bühner, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 485, de autoria do Sr. Deputado Professor Luizão, constante do expediente.

Não vou submeter este requerimento a votação e vou solicitar à Diretoria Legislativa para que verifique.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sr. Presidente, queria inscrever-me nas Explicações Pessoais, no final.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

V. Exa. está devidamente inscrito.

Requerimento nº 486, de autoria do Sr. Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. TADEU VENERI (PT)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente e Srs. Deputados. Estou encaminhando este requerimento e falei com o Líder do Governo agora, justamente porque foi objeto de matéria em jornais ontem e embora eu entenda que talvez não devêssemos fazer um debate maior a respeito disso, mas falei ao Líder do Governo que esta, infelizmente, continua sendo uma matéria dos jornais de hoje - é uma matéria que saiu ontem e continua saindo hoje.

Por isso, estou encaminhando um Pedido de Informações ao Secretário do Trabalho, Emprego e Promoção Social, que é o Nelson Garcia, solicitando: primeiro, se confirma as declarações citadas como sendo suas, conforme o jornal do dia de ontem; em segundo, em caso afirmativo, quais eram os responsáveis pelas irregularidades encontradas; em terceiro, quais as providências tomadas pela administração atual e, obviamente, que em quarto, no texto há uma referência às "altas cabeças coroadas das Esquerdas das Araucárias" e pergunto quem são essas "cabeças coroadas"?

Por que faço isso, Sr. Presidente?

Não há, obviamente, Deputados e Deputadas, nenhuma intenção em fazer qualquer tipo de constrangimento, sequer ao Secretário ou a ex-Secretário. Agora, é preciso que esclareçamos, porque se o Secretário não fez essas declarações, nós vamos buscar, obviamente, legalmente, a reparação que deve ser feita a quem de direito, pelo jornal ter feito uma afirmação que

não procede e que, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, quero chamar a atenção aqui para a gravidade do fato, porque hoje essas afirmações estão sendo feitas - ou pelo menos está no jornal que estão sendo feitas - de possivelmente um ex-Secretário, amanhã pode ser de um Deputado, de um cidadão qualquer, sem que tenhamos em nenhum momento o direito de sabermos se elas são verdadeiras ou não.

Por isso, Sr. Presidente, estou encaminhando e solicitando aos Deputados para que aprove o requerimento, justamente para que possamos colocar a limpo isso. Não vi até agora nenhuma manifestação - nem dizendo que as declarações são verdadeiras e nem dizendo que as declarações não são verdadeiras - do Secretário.

Por isso, requeiro que seja aprovado, porque é regimentalmente um instrumento que nos cabe e é a forma legal que temos para tirar isso a limpo.

Obrigado, Sr. Presidente!

**O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB)**

Para encaminhar, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Sr. Presidente e Srs. Deputados, o Deputado Tadeu Veneri formula novamente, através de um pedido de informações, e quando digo novamente é porque para mim o pedido de informações é um instrumento, um instituto do Parlamento que para mim é muito importante. Por isso que penso que o pedido de informações tem que ser muito bem utilizado e olha, sinceramente, a formulação feita pelo Deputado Tadeu Veneri, com base numa notícia publicada num site de notícias, olha, sinceramente, sob supostas declarações de um Deputado Estadual que está licenciado e exercendo o cargo de Secretário do Trabalho, reconheçamos aqui, é absoluto exagero. Acho que é muito mais simples o Deputado Tadeu Veneri passar a mão no telefone, ligar para o Nelson Garcia e falar: "Deputado Nelson Garcia, o senhor disse isto aqui? É verdadeiro isto?" Desculpa, mas querer polemizar, Deputado Tadeu Veneri, trazer ao Plenário desta Casa, por questões políticas, desculpem, não vou entrar aqui no mérito que questão política é esta, mas sinceramente, até em respeito a quem exerceu aquele cargo, que não conseguiu a eleição de Deputado, mas até em respeito, nós temos que, antes de formular um pedido igual a este, antes de polemizar um tema igual a este, é necessário que saibamos o que está acontecendo. Talvez o Deputado Nelson Garcia possa confirmar estas informações. Agora, sinceramente, não é com base no noticiário de um site de notícias que nós vamos acreditar.

Aliás, quero adiantar a V. Exa. que não é nada disso. Eu conversei com o Deputado Nelson Garcia, o tema é uma outra questão que ele explica, inclusive, pessoalmente. Por isso que eu quero solicitar aos Srs. Deputados, independente de serem da Bancada do Governo ou não, que rejeitem este requerimento, porque é de fato um requerimento feito - desculpe dizer desta forma, Depu-

tado Tadeu Veneri - para constranger o Deputado Nelson Garcia. Acho que uma autoridade pública, se tiver alguma coisa real, certamente pela responsabilidade que ele tem de exercícios sucessivos de mandatos e de homem público, ele tomará as providências. Por isto que eu peço que rejeitemos este requerimento formulado pelo Deputado Tadeu Veneri.

**O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT) (Pela Ordem)**

Gostaria de pedir para deixar para amanhã a discussão desse requerimento.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Nós estamos em regime de votação. Já estamos encaminhando a votação.

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Para Encaminhar)**

Eu só queria dizer o seguinte, Sr. Presidente: essa notícia que traz esse requerimento do Deputado Tadeu Veneri, eu a li notícia e esta notícia foi exatamente proferida não num site, está hoje na coluna do Fábio Campana - que é um renomado jornalista do Paraná - colocando outras coisas mais. Está na página do Fábio Campana, não é só na internet, e eu quero perguntar a V. Exa., Deputado Romanelli: de onde veio essa notícia? Ela nasceu no seio do Governo, veio lá da reunião do grupo das mãos limpas, onde o Governador reúne autoridades, reúne convidados e discute a questão da segurança pública no Paraná. É de lá que saiu essa história que o Secretário Garcia teria dito que teria algumas coisas erradas lá na Secretaria e que estaria de posse de um dossiê para prestar informações.

Como eu sou de Ponta Grossa e o Secretário que estava lá na Secretaria pertencia ao PT e tinha o seu título em Ponta Grossa, Sr. Presidente - e era tido como Secretário de Ponta Grossa, mesmo não tendo sido indicado pelas lideranças de Ponta Grossa, que era o Padre Roque Zimmermann, e que não tenho aqui procuração para defendê-lo - eu gostaria de saber o que aconteceu, se foi durante o exercício do mandato lá na Secretaria do Padre Roque ou durante o exercício do ex-Secretário, que foi nosso companheiro, Nerone. São duas pessoas que nós conhecemos e a terceira pessoa envolvida é um colega nosso aqui da Assembléia!

Então, acho justo que quando o Governo apresenta um problema - quem apresentou esse problema, Deputado Romanelli, foi o Governo, não foi o Deputado Tadeu Veneri, não foi o Deputado Jocelito, não foi o jornal O Estado do Paraná, não foi a internet, não foi o Fábio Campana - quem apresentou o problema e trouxe à comunidade, ao povo do Paraná, foi o Governo, através de uma reunião, quando o Governador perguntou ao Secretário: "Escute Secretário, como é que está lá?" E ele falou: "Lá está cheio de ..." Eu vi a notícia, então o Governo falou e o Governador fala, fala toda hora! Quando o Governador, mandatário número um que quer transparência, fala que há indícios... ninguém está acu-

sando ninguém, mas é preciso investigar para não machucar nem o atual Secretário, nem o ex-Secretário, nem o outro ex-Secretário e muito menos o Governo.

Agora o que não podemos concordar é que se acusem pessoas sem prova, e temos colegas aqui como o Deputado Edson Praczyk sendo acusado, no passado, de ser autor de um pedido de verbas criando o mensalão do Paraná. Aí teve uma Comissão nesta Casa e foi provado que não era verdade. O nosso companheiro Edson Praczyk foi machucado, sofreu, foi acusado, foi marginalizado, pagou e hoje não pode nem fazer um processo pela calúnia que sofreu porque esta Casa não permite! Não permite porque do outro lado está quem o acusou e não provou, que é o Governador do Estado!

Então, Sr. Presidente, vou votar a favor desse requerimento, porque o Governador Requião quando era Deputado nesta Casa - vou ler um requerimento dele - amanhã - o Governador quando era Deputado apresentava requerimento aqui, sim, ele apresentava requerimento! Estou pesquisando a biografia política do Requião e tenho me interessado pelos pronunciamentos dele, principalmente com o aumento do funcionalismo! Deputado Belinati, V. Exa. foi Deputado junto com o Requião aqui, vem aí umas pérolas para os aumentos quando tivermos aqui, vamos ler os documentos aqui, ler os pronunciamentos. Eu vou ler depois, Sr. Presidente, em Explicações Pessoais eu vou tratar desse caso aqui que o próprio Governo falou de novo e que hoje o Líder não quer apresentar o requerimento. Por isso, voto a favor, porque no seio do Governo nasceu a denúncia e quando há uma denúncia proferida no seio do Governo, este Parlamento tem que investigar, não tem que botar embaixo do tapete!

Era isso. Sou favorável, Sr. Presidente!

#### O SR. LUIZ NISHIMORI (PSDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, só queria dizer ao Deputado Jocelito que o Deputado Nelson Garcia assumiu há trinta dias. Se houve alguma coisa, foi na gestão anterior, o Deputado Nelson Garcia não tem nada a ver com esse assunto.

#### O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Em votação Aprovado o requerimento.

Vamos proceder à verificação de votação, à pedido do Deputado Romanelli.

Catorze Srs. Deputado rejeitam; vinte Srs. Deputados aprovam. **Aprovado.**

Ainda, Deputado Romanelli..., V. Exa. levantou uma questão de ordem que ficou para que esta Presidência pudesse dar a resposta, com base no Regimento Interno, especialmente no que diz o artigo 19: item 27, acatamos a questão de ordem de V. Exa.

Portanto, deixamos de receber o requerimento do Deputado Jocelito Canto.

#### O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Quero dizer a V. Exa. que vou buscar todas as formas legais de fazer este requerimento voltar amanhã. Vou mudar uma frase, uma vírgula, um ponto, mas volto com este requerimento amanhã.

#### O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

É prerrogativa de V. Exa. Enquanto eu estiver na Presidência, não posso receber um requerimento que tenha exatamente o mesmo teor de outro que foi já analisado.

Requerimento n° 487, de autoria do Sr. Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. **Aprovado.**

#### O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Trago um assunto para a discussão na tarde de hoje, que julgo da maior importância para o Estado do Paraná, particularmente para a Cidade de Ponta Grossa que conheço em profundidade, onde fui Vereador duas vezes e fui Prefeito Municipal. E quando era Vereador em 1989, iniciei o meu primeiro mandato e eu alertei a cidade para este fato grave e triste até. Ponta Grossa é uma cidade que tem 11% da sua população, mais ou menos, morando em favelas, em terrenos sem documento, perto de córregos poluídos, praças, às margens das estradas de ferro. E na época já acontecia esse fato que infelizmente voltou a acontecer na cidade. Uma família que não tinha documento, mesmo que a rede da SANEPAR passasse em frente à sua casa, essa família pedia ligação de água na SANEPAR local, a SANEPAR pedia que a família fosse à Prefeitura, para que o Prefeito desse autorização, porque a família não tinha documento. Chegava lá, a Prefeitura não fornecia documento e a SANEPAR não ligava água e a COPEL não ligava luz.

Da mesma forma, tenho outro requerimento dirigido ao Presidente da COPEL. Chamei isso de crime da água. Não me esqueci disso. Organizamos uma associação geral de moradores, fizemos grandes movimentos, passeatas, organização comunitária e conseguimos acabar com esse problema. A Prefeitura passou a dar autorização para a COPEL e a SANEPAR ligarem a luz e a água. Quando fui Prefeito e quando o Deputado Jocelito foi Prefeito, esse problema não aconteceu em Ponta Grossa. Infelizmente, volta a acontecer. A atual administração se recusa sistematicamente a autorizar, através do documento, que o município peça a ligação de luz e água, mesmo onde já passa a luz e a água. Ora, entendendo que o Governo do Estado tem a preocupação essencial com as questões dos direitos fundamentais do ser humano, principalmente famílias carentes, existem muitas no Paraná, particularmente em Ponta Grossa, e manifestou essa preocupação com problemas como o Luz Fraterna e a Tarifa Social da Água.

Entendo que a SANEPAR tem todas as condições de não precisar de apoio de Prefeitura ou de licença para ligar a água para a família onde a rede já existe. A Copel da mesma forma. Onde não existe a rede de água ou de luz, é um problema urbanístico. Se é uma ocupação organizada de terra e tem que passar a rede por um terreno particular, aí sim, entendo que são questões específicas e que cabe a cada município em particular resolver, através de suas forças sociais e políticas e da organização comunitária. Onde já existe a rede de luz e de água, impedir que crianças - porque seus pais moram sem documentação de posse, muitas vezes mansa e pacífica, como acontece em Ponta Grossa há mais de vinte anos - impedir que essas crianças tenham acesso à água tratada, é na verdade, um crime que nós não podemos compactuar com esse tipo de ação.

Por isso, rogo a este Plenário, que aprove este requerimento, e acredito muito que o Presidente da SANEPAR, pessoa a quem conheço, trabalhei lá mais de um ano como Diretor Administrativo, imbuído dos melhores propósitos e também, ao Presidente da COPEL, que nós resolveremos esses problemas, não apenas para Ponta Grossa, cidade que citei como exemplo, mas para todo o Estado do Paraná, onde milhares e milhares de famílias moram em condições de falta de documentação nas suas terras.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Em votação.

**Aprovado.**

Requerimento nº 472, de autoria do Sr. Deputado Felipe Lucas, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Presidente, pela ordem.

Temos o anúncio do Presidente da Casa, Deputado Nelson Justus, que amanhã teremos Audiência Pública. Consulto se a Audiência vai substituir a Sessão ou teremos a Audiência Pública e a Sessão.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Estou aguardando contato com o Presidente. Assim que o Deputado Ney terminar de falar, respondo a questão de ordem de V. Exa.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Parece que a Audiência Pública foi marcada para as 9h00. Até que se faça a exposição, se houver indagação, com certeza vamos adentrar muito além das 10h00 previstas, que é o início da Sessão.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

A nossa intenção é transformar a Sessão na Audiência Pública.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Quero comungar com a idéia do Deputado Elio Rusch, de que a Sessão de prestação de contas seja aqui no Plenário e não ter a Sessão normal, para que todos possam acompanhar. Eu acho que essa Sessão é mais importante. Precisamos saber como é que está o Paraná, se está com o dinheiro ou não, como é que está.

### ***Explicações Pessoais:***

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ney Leprevost, inscrito.

### ***Deputado Ney Leprevost (PP)***

O SR. NEY LEPREVOST

Sr. Presidente desta Sessão, Deputado Augustinho Zucchi, Srs. Deputados.

É a primeira vez que ocupo a tribuna desta Casa de Leis e agradeço a gentileza do Deputado Elio Rusch, porque temos alguns assuntos importantes para serem tratados que eu gostaria de colocar, para que, nas próximas Sessões, possam ser alvo de debates dos nobres Parlamentares desta Casa. Ontem eu estive numa reunião, na Câmara Municipal de Piraquara. À tarde, aqui na Assembléia, nós votamos o projeto da criação da Região Metropolitana de Cascavel. Lamentavelmente, o projeto não foi aprovado, mas a nossa posição, Deputados Elio Rusch e Marcelo Rangel, é a favor de todos esses projetos que estão tramitando aqui na Casa, sobre criações de regiões metropolitanas, porque é a tendência da administração moderna nos grandes centros urbanos, que cada vez mais contam com um número maior de cidadãos neles vivendo. É o entendimento desses pólos como cidades e como regiões metropolitanas.

A região metropolitana tem que ser pensada unicamente. Temos que pensar de forma integrada nas regiões metropolitanas, na reciclagem do lixo, nos transportes de lixo, no transporte coletivo, nas questões de saneamento e de meio ambiente, mas questões de segurança pública, de geração de empregos e incremento do turismo. E, exatamente, o que está me preocupando neste momento, é o descaso com a Região Metropolitana de Curitiba.

A Região Metropolitana de Curitiba encontra-se abandonada por determinados órgãos do Governo Estadual. A segurança pública está caótica nos Municípios de Piraquara, Campo Largo, Colombo, Itaperuçu, Rio Branco do Sul, Almirante Tamandaré, enfim, em toda região metropolitana.

As segundas-feiras, quando abrimos os jornais, é uma notícia seguida da outra de crimes que ocorreram nos finais de semana, na região metropolitana. Mas, não é só o problema da segurança pública que hoje aflige a Região Metropolitana de Curitiba. Também o problema da saúde está extremamente grave. A saúde, na Região Metropolitana de Curitiba está esquecida. Ontem, em



Piraquara, recebi a notícia que foi interrompido um convênio que existia com o Hospital São Roque, para ajudar as famílias dos doentes que vivem internados naquele hospital. Convênio, diga-se de passagem, com o Governo Estadual. Fui informado que o hospital de Piraquara não tem medicamentos, não tem materiais necessários para curativos, não tem nem mesmo em alguns de seus quartos iluminação, durante a noite, para que os doentes possam ter o mínimo de conforto.

Nós precisamos, principalmente os Deputados que foram eleitos por Curitiba e pela região metropolitana - não com o intuito de criticar, não com o intuito de atacar o Governo Estadual, mas com o intuito de fazer críticas construtivas - cobrar do Governo Estadual, investimentos com urgência na segurança pública e na saúde para os municípios da Região Metropolitana de Curitiba.

Uma outra questão, Sr. Presidente, que eu gostaria de abordar, rapidamente, nesta tribuna. O Governo do Estado e o Governo Federal têm, devido ao grande aumento da população carcerária, construído novas penitenciárias. Infelizmente no Brasil isso se faz necessário, embora sejamos muito mais favoráveis à construção de escolas, mas em curto prazo, nós precisamos realmente de penitenciárias,

Porém, os municípios aonde essas penitenciárias são construídas, vêm sofrendo, porque muitas vezes as famílias dos detentos, para ficarem próximos dos seus entes, se mudam para os municípios. E os municípios estão tendo um aumento populacional que vem gerando problemas sociais.

Então, estaremos apresentando aqui na Assembleia na semana que vem, estaremos protocolando projeto que inclusive já está elaborado, estabelecendo que o Governo do Estado do Paraná deverá aplicar recursos proporcionais aos investimentos feitos nas penitenciárias, dos estabelecimentos penais, prisionais e correccionais, de qualquer espécie, independente da origem dos recursos aplicados. Recursos semelhantes, recursos do mesmo valor, em obras e infra-estrutura para os municípios. Uma espécie de compensação financeira para o município que receber uma penitenciária. Cito aqui o exemplo de Catanduvas, terra do nosso amigo Deputado Nereu Moura. Em Catanduvas foi feita uma penitenciária onde está o Fernandinho Beira-Mar, onde está o Elias Maluco. Se o nosso projeto vier a ser aprovado, o Governo quando construir em um município uma penitenciária como esta, terá que gastar o mesmo recurso gasto na construção da penitenciária em obras de infra-estrutura, obras sociais, como forma de compensação para os cidadãos que vivem naquele município.

Estaremos protocolando nos próximos dias esse projeto de lei e convido aos Srs. Deputados a começar analisar esse projeto, porque me parece bastante importante, principalmente como forma de compensação, e apenas aqui em um levantamento que fiz hoje pela manhã, através da Secretaria Estadual da Justiça, constatei que em Piraquara nós temos uma Penitenciária Cen-

tral do Estado, temos o Centro de Detenção de Ressocialização, temos a Penitenciária Feminina do Paraná, temos a Colônia Penal Agrícola e a Penitenciária Estadual de Piraquara.

Ao meu ver, inclusive Piraquara deveria ser declarada área de interesse de segurança do Estado do Paraná. Uma cidade que abriga tantas unidades prisionais precisa receber compensações por esse ônus amargo que é enfrentado por sua população.

Para concluir, Sr. Presidente, o terceiro assunto que me traz a essa tribuna é a situação do Hospital do Norte Pioneiro. A Diretoria do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Norte Pioneiro, encaminhou esta semana à Secretaria Estadual de Saúde, um ofício expondo a situação dramática vivida pelo hospital regional sediado em Santo Antonio da Platina.

Nós estaremos cobrando aqui desta tribuna que a Secretaria da Saúde, através do Dr. Cláudio Xavier, que respeito, médico conceituado, resolva essa situação. Porque tive oportunidade, na campanha que passou, de andar por todo Norte Pioneiro e constatar *in loco* o drama que é vivido na área da saúde também naquela região.

Quero dizer que nós, através da Comissão de Saúde que hoje se reuniu aqui na Assembleia Legislativa, estaremos cobrando do Governo do Estado uma solução para esse hospital que situa-se em Santo Antonio da Platina.

Sr. Presidente, por hoje era isso. Agradeço a atenção dos nobres colegas e tenha a certeza que o senhor me verá não muitas vezes nesta tribuna - até porque o meu estilo de trabalhar é mais com papéis, eu sempre fui, ao longo da minha vida como Vereador, de trabalhar mais no gabinete do que um Vereador atuante em Plenário - mas quando tivermos assuntos importantes como esses, não deixarei de ocupar a tribuna para alertar as autoridades e pedir providências.

#### **O Sr. Antonio Belinati (PP) (Aparte)**

Sr. Deputado Ney Leprevost, parabéns pelo pronunciamento de V. Exa., uma figura querida, jovem, que chegamos a carregar no colo e fazer nana nenê. Agora está aí, charmoso, brilhante Deputado, com uma carreira grande pela frente.

Deputado, aproveito, já que V. Exa. no final enfoca o problema da Comissão de Saúde e a área da saúde, para lamentar que, efetivamente, não é questão de discurso, nem de oratória, nem de teoria. Mas a saúde do Paraná e do Brasil, a saúde está na UTI, está em estado terminal. Virou quase rotina ligarmos a televisão e ver pacientes morrendo por falta de vagas na UTI. Pacientes passando noites, passando dias, horas na fila da Previdência Social. É bom lembrar que o trabalhador ou trabalhadora que procura assistência médica, assistência hospitalar, e que não tenha que pagar agora, eles voltam para o hospital para servir de experiência para aluno de faculdade de medicina. Com os ricos eles não fazem isto, mas, o coitado do trabalhador que é pobre e cai no hospital, serve

de cobaia, muitas vezes, para o estudante aprender a mexer no corpo dele, não no corpo do rico. Muitas vezes dá certo, muitas vezes da errado. E a coitada da cobaia acaba morrendo. É lamentável.

Mas, o que eu queria destacar a V. Exa. é que este trabalhador ou trabalhadora que fica desesperado na porta de um hospital, clamando por um atendimento, não é esmola, não é caridade, não é cortesia, não, porque ao longo de sua vida ele pagou a contribuição, direta ou indiretamente, se levado em conta que na conta de luz tem imposto, na conta de água tem imposto, na tarifa do transporte tem imposto, no remédio, na comida, no sapato, na roupa, em tudo está embutido o imposto, então não há neste país quem não contribua com os cofres públicos.

Por isto, eu aproveito o brilhante pronunciamento de V. Exa. para implorar, clamar às nossas autoridades: vamos tirar a saúde da UTI, vamos tirar a saúde do estado de coma! Vamos construir mais hospitais, mais leitos, mais UTIs, mais médicos, mais enfermeiras, mais remédios, para salvar vida do nosso povo e garantir aos que não morreram uma vida, mais uma vida saudável, em que as autoridades respeitem o direito do nosso povo de viver com saúde.

Parabéns, meu querido Deputado e amigo Ney Leprevost.

**O SR. NEY LEPREVOST (PP)**

Agradeço, nobre representante da região de Londrina, Deputado Antonio Belinati. E, Deputado, nem Governo Estadual, nem Federal, nem Prefeituras Municipais têm pretexto para não investir na área da saúde. Saúde tem que ser prioridade. Dinheiro, o Governo tem, é só saber gastar, é só o dinheiro não ser perdido na corrupção. O Governo tem dinheiro, até porque 1/3 de toda a riqueza que é produzida neste país fica para o Governo em forma de tributos, que são arrecadados.

Então, eu não aceito, em hipótese alguma, pretexto de Governo Federal, nem de Governo do Estado e nem das Prefeituras, quando se trata da área da saúde. A saúde tem que ser prioridade. Nós voltaremos a debater este tema, aqui, muitas outras vezes, na Assembleia Legislativa.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Respondendo à questão de ordem do Deputado Elio Rusch, amanhã às 9h00 teremos transformada nossa Sessão em Audiência Pública para receber o Secretário de Estado da Fazenda, Dr. Heron Arzua, que virá, conforme preceito constitucional, prestar esclarecimentos e prestação de contas, com dados relativos ao cumprimento das metas do 3º quadrimestre de 2006.

**O SR. FRANCISCO BÜHRER (PSDB) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, só gostaria de registrar o aniversário do nosso companheiro e amigo Luiz Fernandes Litro, que

está comemorando idade nova. E ele já mandou fechar um dos maiores restaurantes de Curitiba para convidar a todos nós, para comemorar hoje à noite.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Esta Presidência se soma ao aviso de V. Exa. e parabeniza o Deputado pelo seu aniversário.

**O SR. ELIO RUSCH (PFL) (Pela Ordem)**

Queremos registrar a presença na tribuna, dos Vereadores da Cidade de Palotina, Antoninho Cheche e Nivaldo Antônio.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Devidamente registrado. Agradecemos a presença dos Srs. Vereadores de Palotina, na Sessão de hoje à tarde.

Com a palavra o Deputado Jocelito Canto, por quinze minutos, em Explicações Pessoais.

Antes, concedo-lhe a palavra, pela ordem.

**O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem)**

Só para solicitar a V. Exa.: esta Sessão é uma Sessão pública, e qualquer cidadão que estiver presente neste Plenário pode fazer perguntas. É bom informar a todo mundo, principalmente a imprensa, que a Sessão de amanhã - quando é pública - qualquer cidadão presente a esta Assembleia pode indagar o representante do Governo, Governador, Secretário, sobre qualquer questão financeira. Isto nunca foi falado aqui.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Foi bom V. Exa. levantar esta questão de ordem porque não é uma Sessão, é uma Audiência Pública em que qualquer cidadão paranaense poderá ter assento neste Plenário e poderá fazer a indagação que bem entender. Obviamente que será conduzida a Audiência pelo Presidente Nelson Justus.

Nós não teremos Sessão amanhã. A nossa Sessão foi transformada em Audiência Pública. Agora, nós reitramos o convite aos Srs. Deputados para que participem dessa Audiência.

**O SR. ELIO RUSCH (PFL)**

Pela ordem, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Sobre esse mesmo assunto. Salvo juízo contrário, nos parece que em todas Audiências Públicas, quando são aqui na Casa, são públicas para toda a sociedade. A preferência das perguntas é sempre para os Parlamentares, após o que é franqueado para as demais pessoas.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Perfeitamente.

Com a palavra o Sr. Deputado Jocelito Canto, por quinze minutos, nas Explicações Pessoais.

## Deputado Jocelito Canto (PTB)

### O SR. JOCELITO CANTO

Só para dizer ao Deputado Elio Rusch que não é uma Sessão, é uma Audiência. A Audiência é pública, é de todos, ninguém tem prioridade, todos podem perguntar. É uma Audiência Pública que se criou, agora, para dar transparência à questão pública.

É uma pena que recebemos aquele CD um dia antes da Sessão. Daí não se tem muito que analisar, tinha que se dar uma analisada. Ando louco para saber quanto é que o Ministério Público gastou, no ano passado, mas chega em cima da hora, não tem nem questão técnica para analisar. Acho que o Governo deveria mandar isso pelo menos uma semana antes, para nos prepararmos para perguntar, porque esse é o papel do Parlamentar: tirar dúvidas.

Vou encaminhar nesse sentido minhas explicações pessoais.

Um jornalista me perguntou: “Deputado, essa questão de pedir informação é para acusar alguém?” Não. O pedido de informação não tem a intenção de acusar ninguém. O fato de pedir informação, solicitar informação não é acusar ninguém, ninguém está acusando ninguém. Quando você pede informação, busca aquilo que a lei dá direito.

O que constitui um mandato de Deputado? Fazer leis, fiscalizar, e fiscalizar é obter informações.

Não vim aqui acusar ninguém. Sou contra esse denunciismo de acusar sem ter provas, tenho horror a isso. Agora, acho que é justo se buscar informações. Vou lhe dar um exemplo, Presidente Zucchi: V. Exa. imagine se o Ministério Público tivesse agido, lá atrás, nesses problemas envolvendo o BANESTADO, tivesse agido com rigor, como age em cima dos Prefeitos, hoje. Se o Prefeito do interior piscar para um lado, o Ministério Público quer saber se a piscada foi romântica ou de trabalho.

Agora, quando roubaram uma fortuna neste Paraná, assaltaram o Paraná, acabamos de ver o Líder do Governo falar isso: “O Paraná foi assaltado!” Aí eu pergunto: cadê o Ministério Público? Estava onde? Estava, como dizia o Deputado Aníbal Khury, aqui, antigamente, “Inês é morta”, “cochilou, o cachimbo cai!” Acho que é por aí.

Não sou a favor de denunciismo barato, mas quando alguém pede informações deve ser respeitado, porque o próprio Governador Requião - estou analisando sua biografia - tem uma vida construída com grandes momentos nesta Casa e que nós, ao longo deste mandato, vamos discutir. Requião tinha um jeito rebelde de ser, neste Plenário, Sr. Presidente, Requião era um Deputado audacioso, era um Deputado corajoso, era um Deputado que, muitas vezes até nos colegas “pegava”. Mas, era um Deputado corajoso.

Acho que o Requião gosta dos Deputados que são como ele. Gosta de Deputados que tem a mesma linha e a mesma biografia dele. Deputados que quando achar que

alguma coisa precisa ser investigada, deve investigar. Vou trazer requerimentos aqui, feitos pelo Governador Requião nesta Casa, quando iniciou seus trabalhos como Deputado Estadual.

Mas, aqui há uma pérola. Precisa guardar o passado para poder se espelhar no presente. Dia 29 de abril de 2003, o Líder desta Casa - Deputado Cheida - era o nosso Deputado do PT, Ângelo Vanhoni. Vanhoni era nosso Líder. Subiu naquela tribuna ali e fez o seguinte pronunciamento: *Ontem, o Governador Requião fez uma reunião com os Líderes lá no Palácio. Eu estava lá. E nós estivemos conversando com o Secretário da Indústria e Comércio - à época, Secretário Mussi. Pasmem os senhores, dizia Vanhoni: Foi vendida a reserva de pinus do Estado do Paraná, para a iniciativa privada. Uma empresa chamada Guararapes, comprou 1700 hectares de árvores. Em 2001, a avaliação dessas árvores era de 21 milhões de reais. Recentemente paga pelos empresários três milhões de reais. Diferença: dezessete milhões. O Governador do Estado e sua equipe apertou - sabe o que é apertar, Sr. Presidente? É pegar o cara e dizer: chega aqui, chega mais, está vendo isso aqui? Não é apertar. Não é aquela música “não aperta Aparício, não aperta”. Apertar é: valia ouro, vocês levavam uma banana.*

Continua o discurso do Vanhoni: *O Governo do Estado e sua equipe conversou - está lavrado em cartório; estou pensando que isso não está me fazendo bem. Não preciso pedir informação. Para quê? No cartório é público! Acabo de ver isso aqui. É público, está no cartório - Está lavrado em cartório, com firma reconhecida, com acordo, com nota promissória. Os empresários aceitaram pagar nove milhões em espécie; seis milhões em replantio e três milhões em área de floresta. Os empresários que pagaram três milhões há um tempo fizeram uma confissão em cartório porque, na prática, o preço que eles pagaram era um preço escorchante no ponto de vista da administração pública. Por quê?*

*Por que, dizia Vanhoni, a floresta valia trinta, pagaram 10%. Na semana passada, concordaram em pagar mais dezoito milhões para o Governo, que dá um total de 21. Eu sei, qual a sua observação, Deputado Neivo Beraldin?*

Deputado Neivo Beraldin é aquele que queria cassar o meu mandato, está querendo, e de repente alguém o ajuda, agora, porque estou abrindo a boca aqui, e seja o que Deus quiser. É aquele mesmo, que foi da CPI do BANESTADO. “Havia problemas na licitação. O senhor sabe disso. O governo está ressarcindo o bem público, com um acordo firmado em cartório” - diz Vanhoni.

Sr. Presidente, em cima disso aqui fiz um pedido de informação, direto ao Secretário, pedindo a ele que eu queria a cópia dos aditivos que foram feitos e cópia das auditorias que o Governo diz que fez. Para surpresa minha, não veio nada. Não se cumpriu o que o Requião disse em cinco dias. Refiz o pedido agora e vi na

imprensa hoje que na terça-feira o Governador quer ir à “Escolinha”, para contar toda essa história.

Um Deputado, amigo nosso, que respeito, me deixou intrigado mais ainda, quando me disse que alguns pagaram o acordo e outros não. Ou todo mundo paga ou todo mundo não paga, senão vira a “casa da mãe Joana”. Por isso que eu queria a informação, Deputado Romaneli. O meu requerimento não ataca ninguém. Só quero tirar essa dúvida. Eu só queria ter acesso aos documentos, porque acho que é um direito do Parlamentar. E se tiver tudo certo vou voltar aqui e dizer: parabéns, Paraná, cobrou dinheiro a mais ou o Paraná não cobrou. Não é mais do que uma prerrogativa do Deputado vir aqui e pedir os documentos.

Estranho que o Governo não quer dar os documentos. O que há nessa história que o Governo não quer dar os documentos? Se o Governo fez uma boa ação, recuperou dinheiro público que tinha sido levado. Acabei de ler o pronunciamento do Vanhoni. O Governo comemorou o aperto, faturou mais, o Estado ganhou, ou foi só conversa e não é verdade isso aqui? Estou de posse de um pronunciamento do Líder do Governo, guardo tudo em um arquivo maravilhoso e o que não sei vou buscar - aprendi isso como radialista.

Vou achar uma forma técnica legislativa, um caminho legal para eu voltar nesse requerimento. Vou mudar uma vírgula, uma frase. Tenho certeza que V. Exa. vai receber o meu requerimento, nem que seja a cor da tinta do requerimento, se for em vermelho, porque quero saber desses aditivos. Não estou duvidando de ninguém, quero apenas ter os documentos. Se persistir a falta de transpa-

rência, entendo que tem alguma coisa que não está certa e começo a ficar preocupado, porque quando você não consegue uma informação de alguém que diz que ganhou, você não sabe o que fazer.

Sr. Presidente, muito obrigado! Religiosamente, quinze minutos.

## ***Encerramento da Sessão***

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Nada mais havendo a tratar, apenas reafirmar que amanhã, às 09h00, teremos uma Audiência Pública aqui neste Plenário, com a presença do Dr. Heron Arzua.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 26, à hora regimental, com a seguinte

### **ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 023 e 035/07.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 036/07 e das Indicações nºs 011, 012, 013, 014 e 015/07.

Levanta-se a Sessão.

